

INSCRIÇÃO AGENDA 2030 – UAILAB TJMG

AÇÃO: Alocação de mulheres no cargo de Supervisor de Vigilância.

SETORES RESPONSÁVEIS: Geseg e Secons, como gestor e fiscal, respectivamente, do contrato 085/2023 – Prestação do serviço de vigilância no TJMG

ODS IMPACTADA: ODS 5 – Igualdade de gênero

META IMPACTADA: 5.5 – Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

INÍCIO DA AÇÃO: Setembro de 2023

OBJETIVO FINAL: Alocação de 50% de mulheres nos cargos de Supervisão de Vigilância no contrato de prestação de serviços no TJMG.

DESCRIÇÃO: O contrato de prestação de serviços de vigilância no TJMG, número 085/2023, bem como seus antecessores de mesmo objeto, prevê os cargos de Vigilantes e Supervisor de Vigilância, sendo este uma posição de chefia, responsável pela organização, acompanhamento e fiscalização das equipes de vigilantes e porteiros nas unidades do TJMG em Belo Horizonte.

Historicamente, o cargo de Supervisor de Vigilância foi unicamente ocupado por homens. Atualmente, o contrato 085/2023 dispõe de 08 vagas.

Em Setembro de 2023, dois Supervisores foram devolvidos à empresa e retirados do contrato. Para reposição dessas vagas, após deliberação conjunta entre o Secons e a Geseg, com apoio e anuência da Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Raquel Gomes Barbosa, foi determinado à empresa prestadora de serviços que fossem alocadas duas mulheres em substituição aos Supervisores que deixaram os postos.

Ainda, ficou estabelecido que as futuras reposições deverão seguir a mesma determinação, até que a ocupação de mulheres neste cargo de chefia seja equivalente à de homens.

Além da ocupação igualitária em cargos de supervisão, a iniciativa busca outros objetos que consideramos relevantes, como alterar a visão e a cultura altamente masculina da área de segurança no TJMG; naturalizar a posição de mulheres como chefes de equipes e estabelecer novas linhas de diálogo e interação entre a equipe e o público do TJMG.